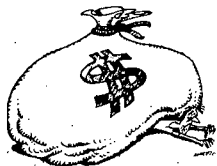


Para assessor de Tancredo, palavra final será da sociedade brasileira



BRASÍLIA — A sociedade brasileira deseja ou não a continuidade de uma política recessiva no próximo ano? Essa questão, colocada pelo Coordenador do Núcleo Econômico da candidatura Tancredo Neves, economista Dércio Garcia Munhoz, professor da Universidade de Brasília, é, na sua opinião, que irá nortear as diretrizes da política econômica em 1985.

Por enquanto Munhoz acha difícil fazer previsões claras sobre o que deverá ocorrer no próximo ano, no terreno da economia. Acredita que as grandes questões — como o cumprimento do último ano do programa de ajustamento acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a política salarial, a forma de renegociação da dívida externa — são temas que ainda serão frutos de definição política por parte do Governo que assumirá em março.

Afirma que pelo menos um desses temas — política salarial — precisará ser debatido mais cedo ou mais tarde, com a participação de toda a sociedade.

Dércio Munhoz faz questão de dizer que, por enquanto, fala apenas como economista, sem estar, de forma alguma, revelando o pensamento da equipe econômica que assessora Tancredo.

Para o próximo ano faz pelo menos uma previsão animadora. A inflação não vai explodir. Deve subir um pouco e situar-se na casa dos 230 a 240 por cento. Sua avaliação é de que não há, a rigor, fatores novos que levem a um recrudescimento inflacionário.

Segundo Munhoz, daqui para a frente resta ao atual Governo apenas eliminar o subsídio ao trigo e imprimir fortes reajustes aos preços dos combustíveis, para eliminar o déficit (em torno de Cr\$ 1,3 trilhão) que a Petrobrás carrega pela defasagem entre o dólar oficial e o dólar fixado na estrutura de preços dos derivados.

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), na sua opinião, é ainda uma incógnita para o ano que vem. Lembra que até agora não se tem certeza se são real-

mente as exportações o fator de estímulo ao crescimento econômico, o que torna difícil prever que fatores propiciariam um PIB mais alto em 85.

Argumenta que, além disso, é difícil saber se as exportações brasileiras continuarão crescendo no próximo ano. Isso vai depender, em grande parte, da situação econômica internacional e, principalmente, dos preços das "commodities".

Garante que as cotações de alimentos e matérias-primas no mercado externo, neste segundo semestre, "caíram de cabeça", e se essa tendência se mantiver nos próximos meses, o resultado poderá ser uma retração no valor das exportações brasileiras.

No campo da disponibilidade de crédito e da política monetária adotada pelo Governo, à luz do programa de ajuste econômico firmado com o FMI, a tendência, na visão do Coordenador do Núcleo Econômico da candidatura Tancredo Neves, é de se repetir, em 1985, uma nova dose de recessão, depois de quatro longos anos de queda ou pequeno crescimento do PIB.

Argumenta que esse quadro só poderá mudar, se o próximo governo obtiver junto ao FMI parâmetros mais flexíveis para a condução da política econômica. Isso significa maior oferta de crédito às empresas, taxas de juros reais não exorbitantes como as atuais e descompressão dos salários, entre outros fatores.

Na área externa, Munhoz aponta a necessidade de novos empréstimos externos para atender, prioritariamente, às necessidades de crescimento econômico. Ele afirma que a decisão do atual Governo de não buscar empréstimos novos no mercado externo acabará sujeitando a economia, mais uma vez, a uma forte compressão nas importações.

O professor da UnB faz uma advertência: o ingresso de recursos novos oriundos apenas de instituições oficiais como o Banco Mundial, (Bird), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o FMI, nem de longe será suficiente para atender às necessidades de dinheiro novo do País em 1985.